

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

MARIANA GOMES COSTA D'OLERON BARRETO

**VIOLÊNCIA SEXUAL E A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE DE MULHERES
ADOLESCENTES NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO**

RECIFE- PE
2023

MARIANA GOMES COSTA D'OLERON BARRETO

**VIOLÊNCIA SEXUAL E A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE DE MULHERES
ADOLESCENTES NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO**

Artigo científico elaborado segundo as normas da revista Research, Society and Development, como exigência final para obtenção do grau de terapeuta ocupacional, pelo curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof^a Dra. Daniela Tavares Gontijo.

RECIFE- PE
2023

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Metodologia	9
2.1 Etapa 1 - Identificação da questão da pesquisa	10
2.2 Etapa 2 - Identificação dos estudos relevantes	10
2.3 Etapa 3 - Seleção de estudos	10
2.4 Etapa 4 e 5 - Seleção de evidências encontradas, extração e mapeamento das informações	11
2.5 Etapa 6, 7 e 8 - Análise e síntese das evidências e apresentação dos resultados	11
3. Resultados e Discussão	12
Figura 1 - Fluxograma dos processos de seleção dos estudos	13
Quadro 1- Textos incluídos no estudo	14
Tabela 1- Situações e características da violência sexual	21
Figura 2 - Impactos da violência sexual na sexualidade de mulheres adolescentes	23
4. Considerações finais	26
Referências	28

VIOLÊNCIA SEXUAL E A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE DE MULHERES ADOLESCENTES NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO

**SEXUAL VIOLENCE AND THE EXPERIENCE OF SEXUALITY OF ADOLESCENT
WOMEN IN BRAZIL: SCOPE REVIEW**

**VIOLENCIA SEXUAL Y LA EXPERIENCIA DE SEXUALIDAD DE MUJERES
ADOLESCENTES EN BRASIL: REVISIÓN DE ALCANCE**

Mariana Gomes Costa D'Oleron Barreto
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: mariana.gomesd@ufpe.br

Daniela Tavares Gontijo
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: daniela.gontijo@ufpe.br

Resumo

A sexualidade das jovens brasileiras é fortemente impactada pela violência sexual, comprometendo a formação saudável da identidade, dos relacionamentos e do bem-estar psicológico, destacando a urgência de abordar essa questão de forma efetiva. Trata-se de um estudo cujo objetivo descrever os impactos da violência sexual para a vivência da sexualidade de mulheres adolescentes, descritos, na literatura brasileira, publicada em periódicos científicos no período de 2018 a 2023. Para isso, adotou-se a revisão de escopo, realizada em oito etapas sequenciais: identificação da questão de pesquisa, busca por estudos relevantes, seleção criteriosa dos estudos, extração e mapeamento das informações, análise das evidências, apresentação dos resultados e, por fim, a síntese das evidências. Foram incluídos no estudo 15 artigos. Os resultados apontam que poucos estudos são construídos a partir da escuta das próprias adolescentes, com maior enfoque em pesquisas quantitativas e realizadas a partir de análises documentais. Percebeu-se um maior foco da literatura na violência sexual intrafamiliar, ao mesmo tempo em que há uma negligência de outras formas de violência, como atentado ao pudor e exposição à pornografia. Os principais impactos da violência sexual na sexualidade são relacionados a saúde sexual e reprodutiva (gravidez indesejada, ISTs e comportamentos sexuais de risco) à aspectos emocionais (baixa autoestima) e sociais (dificuldade nos relacionamentos), além da naturalização da violência sexual. Destaca-se a importância da ampliação das pesquisas, de natureza qualitativa e realizadas com as próprias adolescentes.

Palavras-chave: Violência sexual; Mulher; Adolescente; Brasil

Abstract

The sexuality of young Brazilians is strongly impacted by sexual violence, compromising the healthy formation of identity, relationships and psychological well-being, highlighting the urgency of addressing this issue effectively. This is a study whose objective is to describe the impacts of sexual violence on the experience of sexuality of adolescent women, described in

Brazilian literature, published in scientific journals in the period from 2018 to 2023. To this end, we approached a scoping review carried out in eight sequential steps: identification of the research question, search for relevant studies, careful selection of studies, removal and mapping of information, analysis of evidence, presentation of results and, finally, synthesis of evidence. 15 articles were included in the study. The results indicate that few studies are built based on listening to the adolescents themselves, with a greater focus on quantitative research and carried out based on documentary analysis. There was a greater focus in the literature on intra-family sexual violence, at the same time that there is a neglect of other forms of violence, such as indecent exposure and exposure to pornography. The main impacts of sexual violence on sexuality are related to sexual and reproductive health (unwanted pregnancy, STIs and risky sexual behaviors) to emotional (low self-esteem) and social aspects (difficulty in relationships), in addition to the naturalization of sexual violence. The importance of expanding research, which is qualitative in nature and carried out with adolescents themselves, is highlighted.

Keywords: Sexual violence; Woman; Adolescent; Brazil

Resumen

La sexualidad de los jóvenes brasileños se ve fuertemente impactada por la violencia sexual, comprometiendo la formación saludable de la identidad, las relaciones y el bienestar psicológico, lo que destaca la urgencia de abordar este problema de manera efectiva. Se trata de un estudio cuyo objetivo es describir los impactos de la violencia sexual en la experiencia de la sexualidad de mujeres adolescentes, descritos en la literatura brasileña, publicada en revistas científicas en el período de 2018 a 2023. Para ello, abordamos una revisión de alcance realizado en ocho pasos secuenciales: identificación de la pregunta de investigación, búsqueda de estudios relevantes, selección cuidadosa de estudios, eliminación y mapeo de información, análisis de evidencia, presentación de resultados y finalmente síntesis de evidencia. Se incluyeron 15 artículos en el estudio. Los resultados indican que pocos estudios se construyen a partir de la escucha de los propios adolescentes, con mayor enfoque en investigaciones cuantitativas y realizadas a partir de análisis documental. Hubo una mayor atención en la literatura sobre la violencia sexual intrafamiliar, al mismo tiempo que se descuidan otras formas de violencia, como la exposición indecente y la exposición a la pornografía. Los principales impactos de la violencia sexual en la sexualidad están relacionados con la salud sexual y reproductiva (embarazo no deseado, ITS y conductas sexuales de riesgo) hasta aspectos emocionales (baja autoestima) y sociales (dificultad en las relaciones), además de la naturalización de la violencia sexual. Se destaca la importancia de ampliar la investigación, que sea de carácter cualitativo y se realice con los propios adolescentes.

Palabras clave: Violencia sexual; Mujer; Adolescente; Brasil

1. Introdução

A adolescência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), compreende o período entre 10 e 19 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como o período entre 12 e 18 anos. Apesar dessa diferença etária entre a OMS e o ECA, ambos compreendem que a adolescência é um período de grandes transformações biológicas, físicas, psicológicas, sociais, conhecimento de si e da sua identidade (Brasil, 2007, 2017).

Assim, apesar de se ter uma faixa etária definida para o período nas políticas públicas, a adolescência se apresenta e se desenvolve de diferentes formas para cada indivíduo. As influências dos aspectos socioeconômicos, culturais e psicossociais que esse indivíduo vivencia nessa fase, configuram assim na sociedade a existência de diferentes tipos de adolescências (Ferreira & Nelas, 2006).

Entre os diferentes aspectos que impactam a percepção de múltiplas adolescências, as relações de gênero se destacam. Sobre as diferentes concepções de relações de gênero, neste trabalho as compreendemos como as relações sociais de poder entre homens e mulheres, sendo um processo diretamente influenciado pela cultura, que se inicia a partir do nascimento e continua ao longo da vida. Essa relação de poder faz referência à diferença hierárquica entre homens e mulheres, onde os seus papéis sociais são determinados pelas diferenças sexuais e influenciam o ponto de vista de comportamentos que são permitidos/esperados ou não para o gênero feminino ou masculino (Miranda & Schimanski, 2014).

Considerando as relações de gênero, destaca-se que, especialmente na adolescência, as situações de maior exposição à violência sexual, abusos e violação de direitos fundamentais afetam mais mulheres do que homens. Esse fato se relaciona, entre outros aspectos, à influência machista e patriarcal que está enraizada na sociedade brasileira contemporânea, na qual a figura feminina é colocada em uma posição inferior (Anacleto, Godoy & Colavite, 2021).

Além disso, as meninas adolescentes, que vivem nesse contexto de vulnerabilidade, ficam mais expostas a situações de violência e isso faz com que as mesmas não se reconheçam, e não sejam reconhecidas, como seres de direitos garantidos. Um deles é o direito ao desenvolvimento da sua sexualidade de forma segura e saudável. Essa falta de reconhecimento e garantia de seus direitos, repercute negativamente no desenvolvimento e maturação da sexualidade (Anacleto et al., 2021).

Os direitos sexuais e reprodutivos são um conjunto de direitos que interligados aos Direitos Humanos, defendem a sexualidade e reprodução humana como assuntos passíveis de normas jurídicas e políticas públicas garantindo a sua efetivação. Os direitos reprodutivos fazem menção ao exercício da livre escolha do momento, informações sobre métodos e técnicas de ter filhos ou não, e direito a reprodução sem violência, imposição e discriminação. Já os direitos, sexuais correspondem a autonomia na escolha do parceiro sexual, exercício da sexualidade de forma livre, segura, com prazer sexual e sem violência, direito a livre expressão da sua orientação sexual e identidade de gênero e acesso a informações sobre prevenção de Gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (Brasil, 2017; Moraes & Vitale, 2021).

A sexualidade, foco deste estudo, inclui a dimensão biológica, mas é produzida no contexto social, cultural e histórico no qual o indivíduo está inserido. A sexualidade é um processo histórico e ajuda a consolidar a identidade de uma pessoa, a forma como ela se manifesta, como vive, considerando as questões morais e éticas do grupo social do qual faz parte (Marola, Sanches & Cardoso, 2011).

“A sexualidade é uma das dimensões principais da vida do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa, em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos.” (Castro, Abramovay & Da Silva, 2004. p. 29).

Segundo a OMS (2006), e congruente as definições anteriormente apresentadas, a sexualidade não se diz respeito apenas a sexo, mas é uma parte integral da personalidade das pessoas, sendo, construída através da interação entre esta e as estruturas sociais. Representa um fator importante para a percepção de bem-estar físico, psíquico e sócio-cultural. Assim, a sexualidade se caracteriza como um fator importante da vida das pessoas, do seu desenvolvimento, onde, por meio dela é possível ter conhecimento sobre si, seu corpo, sua orientação sexual e de gênero, papéis sociais e entre outros. Assim de forma semelhante a adolescência, as vivências da sexualidade são influenciadas pelas relações de poder, questões de gênero, culturais, moralistas, econômicos e espirituais, questões de raça/ cor e modelos de sociedade (Amaral, Santos, Paes, Dantas & dos Santos, 2017; Organização Mundial da Saúde, 2006; Organização Pan-Americana da Saúde, 2017). Entre as diferentes situações que

podem influenciar a vivência da sexualidade na adolescência, neste estudo direcionamos a atenção para as situações de violência sexual.

A violência é definida como o uso da força física ou poder, de forma intencional, contra as pessoas, contra si ou contra a sociedade, com o intuito de lesionar, causar morte, dano psicológico ou prejuízo ao desenvolvimento. A violência pode acontecer de diversas formas e alcançar qualquer indivíduo, independente da faixa etária, sexo, posição social ou etnia (Kataguri, Scatena, Rodrigues & Castro, 2019).

Entre os diversos tipos de violência, uma que se destaca é a violência sexual (VS). A violência sexual, de acordo com Krug, Mercy, Dahlberg & Zwi (2002), se caracteriza como qualquer ato ou tentativa de ato sexual, comentários sexuais indesejados, atos direcionados ao tráfico, exploração sexual ou voltados contra a sexualidade de um indivíduo, usando a coação, praticados por qualquer pessoa, em qualquer cenário.

A violência sexual, muitas vezes também é nomeada como abuso sexual. O abuso sexual contra essa população é definido como sendo “o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes e evolutivamente imaturos em atividades sexuais que eles não compreendem, para os quais não são capazes de dar consentimento informado, e que violam os tabus sexuais dos papéis familiares” (Pimentel & Araújo, 2006, p.40). E dessa forma, o abuso sexual pode ser caracterizado em: incesto, estupro, sedução, atentado violento ao pudor, assédio sexual e exploração sexual (Pimentel & Araújo, 2006). O abuso sexual também pode acontecer com contato físico que ocorre através de toques, masturbação ou relações com penetração (genital ou anal) e entre e outros, e sem contato físico que pode ocorrer como ofensas ao pudor, exposição à pornográfica, voyeurismo, exibicionismo, ligações de cunho sexual e assédio sexual (Teixeira-Filho, Rondini, Silva & Araújo, 2013).

Existe uma estimativa de que, anualmente, cerca de 12 milhões de pessoas sofrem abuso sexual em todo o mundo. Esse tipo de violência atinge, principalmente, mulheres, crianças, adolescentes e adultos jovens. Na maioria das vezes essa violência é cometida por pessoas da convivência como familiares e pessoas conhecidas (Batista, 2018).

Especificamente em relação a adolescência, de acordo com dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, cerca de 119.377 casos de violência sexual contra adolescentes foram notificados no Brasil no período entre 2015 e 2021, sendo 92,7% das notificações de violência sexual cometida contra mulheres de 10 a 19 anos. Os dados também mostram que cerca de 63,4% dos casos aconteceram na residência da vítima e 58,4% das agressões foram cometidas por familiares e conhecidos (Brasil, 2023). Ainda, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os casos de violência sexual são cometidos 95,4%

das vezes por homens, sendo que 40,8% pais ou padrastos das vítimas; 37,2% irmãos, primos ou outro parente e 8,7% avós (Pública, 2022).

A violência sexual pode resultar em consequências gravíssimas para o desenvolvimento físico, social e psíquico dos indivíduos, e em especial durante a adolescência, incluindo questões ligadas a sexualidade. Vivenciar esse tipo de violência na adolescência, pode aumentar as chances de episódios depressivos, comportamento suicida, tendência a fobias sociais e transtornos afetivos, autoagressão, tendência ao uso de drogas e também de comportamento sexual de risco. Também são relacionados a violência sexual, diferentes efeitos que impactam a vida adulta das adolescentes vitimizadas, como disfunções sexuais, tendência a promiscuidade e prostituição, transtornos afetivos, baixa autoestima entre outros (Aguiar & Ferreira, 2020).

Conforme o que foi exposto, nota-se, uma relação entre a violência sexual e o desenvolvimento da sexualidade de mulheres adolescentes. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo descrever os impactos da violência sexual para a vivência da sexualidade de mulheres adolescentes, descritos, na literatura brasileira, publicada em periódicos científicos no período de 2018 a 2023. Espera-se que esta pesquisa contribua para a síntese do conhecimento produzido sobre o tema e também para o desenvolvimento de novas pesquisas a partir das lacunas identificadas.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de escopo. De acordo com Arksey & O'Malley (2005), a revisão de escopo consiste em um levantamento e síntese de um determinado tema, através trabalhos científicos já publicados, a fim de mapear conceitos, tipos de evidências e lacunas na pesquisa relacionada a determinado fenômeno.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o protocolo para revisões de escopo do Joanna Briggs Institute (JBI) (Peters et al., 2017; 2020), sendo este composto por oito etapas consecutivas: 1. Identificação da questão de pesquisa; 2. Identificação de estudos relevantes; 3. Seleção de estudos; 4. Seleção de evidências encontradas; 5. Extração e mapeamento das informações; 6. Análise das evidências; 7. Apresentação dos resultados; 8. Síntese das evidências.

2.1 Etapa 1 - Identificação da questão da pesquisa

Para definição da questão e do objetivo do estudo foi utilizada a estrutura mnemônica PEO (População, Exposição e Desfecho) como uma alternativa para PCC (População, Conceito e Contexto) apresentado pelo JBI, conforme proposto por Kogien et al., (2020). Dessa forma, foram definidos os seguintes determinantes de interesse do estudo: População (P): mulheres adolescentes; Exposição (E): vitimização por violência sexual ; Desfecho (tradução do inglês de outcome) (O): Influência da violência sexual na sexualidade de mulheres adolescentes.

A partir dessa estrutura, esta pesquisa foi conduzida para responder a seguinte pergunta: Como a violência sexual impacta na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes no contexto brasileiro?

2.2 Etapa 2 - Identificação dos estudos relevantes

Para identificação de estudos relevantes foram desenvolvidos critérios de inclusão e exclusão coerentes com o objetivo/questão de pesquisa (Peters, et al., 2020). A estrutura mnemônica PEO também foi utilizada para orientar a definição dos critérios de elegibilidade das evidências adotadas neste protocolo. Com base nessa estrutura, como critérios, foram adotados os seguintes conceitos chaves:

População: foram incluídos estudos que se referiam a mulheres adolescentes cisgênero ou transgênero de 10 a 19 anos, de acordo com a definição de faixa etária para adolescência segundo a OMS (Brasil, 2007).

Exposição: vitimização por violência sexual durante a adolescência.

Desfecho: Foram analisados estudos que abordavam aspectos relacionados a vivência da sexualidade para adolescentes, mulheres, de 10 a 19 anos que foram vítimas de violência sexual no contexto brasileiro.

Tipos de estudos: foram incluídos: artigos originais; artigos publicados em português; publicados entre 2018 e 2023. Foram excluídos artigos de revisão bibliográfica, ensaios científicos e artigos os quais não foi possível ter acesso ao texto completo gratuitamente.

2.3 Etapa 3 - Seleção de estudos

Conforme estratégias do protocolo para revisões de escopo do JBI (Peters et al., 2020), para elaborar a técnica de busca dos estudos, ocorreu primeiramente uma busca genérica na base de dados eletrônica Google Acadêmico , para ter acesso às bases de dados

comuns a serem escolhidas para publicações de estudos com esse tema. Após essa busca, foram escolhidas as bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico (Google Scholar) para a elaboração do estudo.

Seguindo a estrutura mnemônica PEO, foram utilizados como descritores para a seleção dos estudos foram: "Violência sexual" +adolesc* +feminino. O termo feminino foi utilizado por conter uma maior quantidade de artigos, quando comparado ao termo mulheres.

Inicialmente os artigos foram analisados e selecionados a partir da leitura das palavras contidas nos títulos, resumos e descritores. Neste momento buscou-se identificar os artigos que abordavam aspectos relacionados à vivência da sexualidade das adolescentes. Logo após essa primeira seleção, os artigos que atendiam aos critérios de inclusão, foram lidos na íntegra e novamente analisados quanto à pertinência ao estudo. Antes da leitura dos textos completos foram excluídos os artigos que se repetiam.

2.4 Etapa 4 e 5 - Seleção de evidências encontradas, extração e mapeamento das informações

Nessa etapa do protocolo foi feita a seleção e sistematização dos resultados encontrados na pesquisa. A extração e mapeamento teve como guia os elementos de 2 instrumentos elaborados pelas pesquisadoras. No primeiro instrumento, foi utilizada uma planilha no Google Sheets do Google Drive, que enumerava os artigos com códigos e tinha como finalidade identificar informações bibliográficas dos estudos selecionados, como ano de publicação, título, revista, autores e objetivo. Também foram coletadas as características metodológicas dos estudos, como tipo de estudo, abordagem, local do estudo e técnica de coleta, características das adolescentes como idade, gênero, condições socioeconômicas e raça/etnia e das mulheres participantes do estudo.

No segundo instrumento, em um arquivo de Google Docs, foram coletados dados sobre objetivos do estudo, concepções de violência sexual, adolescência e sexualidade e também sobre qual tipo de violência sexual o estudo se delimitou, a caracterização da violência ocorrida e os impactos na sexualidade relatados pelos autores.

2.5 Etapa 6, 7 e 8 - Análise e síntese das evidências e apresentação dos resultados

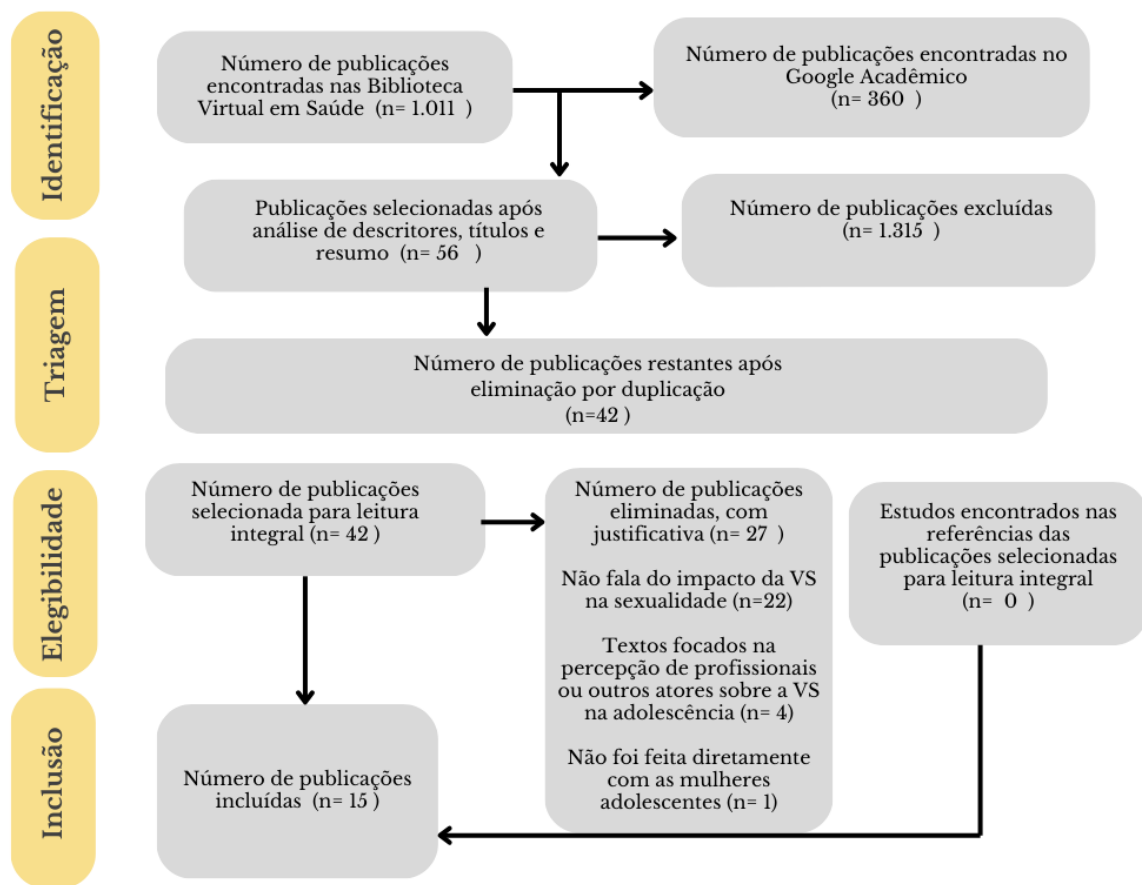
Nessa etapa foi feita a sumarização e apresentação dos resultados encontrados na pesquisa, sendo estas construídas de acordo com as orientações do *Preferred Reporting Items*

for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (Prisma-ScR) (Tricco et al., 2018).

3. Resultados e Discussão

A busca inicial na BVS, resultou em 3.847 ocorrências, que após a aplicação do filtro de ano (2018-2023), reduziu para 1.011 textos. Posteriormente foi realizada a busca na base Google Acadêmico, sendo encontrados 832 artigos, que após aplicação do filtro de ano, resultou em 360 textos. Assim, agrupando as duas bases de dados, foram encontradas 1.371 ocorrências. Entre estas, após a análise de descritores, títulos e resumos, foram excluídos 1.315 estudos, restando 56 artigos. Dos 56 artigos, 14 foram eliminados por duplicação, resultando em 42 textos. Os 42 textos foram selecionados para a leitura completa e desses 27 foram eliminados por não atenderem aos critérios de inclusão (conforme Figura 1). Assim, na presente revisão foram incluídos 15 artigos, descritos posteriormente (Quadro 1). Foi feita uma busca nas referências dos artigos, porém nenhum estudo foi incluído, resultando assim em um total de 15 artigos incluídos na revisão.

Figura 1 - Fluxograma dos processos de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado com base em: *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analyses (PRISMA- P)*.

Inicialmente um primeiro ponto de discussão se refere ao grande número de exclusões durante o processo de seleção inicial dos artigos que compõem esta revisão. A maioria das exclusões iniciais se deu pelo fato de a maioria dos artigos não abordarem no resumo os a ocorrência da violência sexual e as consequências desta para a vivência da sexualidade na adolescência.

A não problematização das consequências da violência sexual para a vivência da sexualidade pode estar relacionada a diferentes fatores. Entre estes aspectos a perspectiva hegemônica adultocêntrica na sociedade brasileira pode estar relacionada a esta “invisibilidade” das consequências da violência para a sexualidade na adolescência. O adultocentrismo é um processo onde se coloca crianças e adolescentes em uma posição de inferioridade e de ausência de protagonismo em relação aos adultos, que os impossibilita de serem sujeitos históricos que também promovem lutas, transformações sociais são privados de adquirir certos tipos de conhecimentos e experiências. A visão adultocêntrica é composta por práticas e comportamentos que dão poder aos adultos de hierarquizar e submeter,

principalmente, adolescentes a um universo onde as decisões não são tomadas por eles, apenas por adultos, de forma que seus corpos e vontades são vistos como objetos dos adultos a ponto de que eles sejam privados de viver e experienciar situações que por lei são garantidas como direitos, como por exemplo, privação da vivência da sexualidade (Cavalcante, 2021; Quapper, 2015). É relevante destacar que sexualidade faz parte dos direitos sexuais e reprodutivos, e eles que garantem ao adolescente informações sobre educação sexual, integridade, autonomia para decidir se quer ter relações sexuais, liberdade de expressar sua orientação sexual e igualdade e entre outros que garantem aos indivíduos o direito de expressar livremente sua sexualidade (Brasil, 2017).

Além disso, uma outra razão para a não abordagem das consequências para a vivência da sexualidade pode estar relacionada às abordagens metodológicas utilizadas para a construção dos estudos, conforme será discutido posteriormente.

Com base no que foi exposto, segue o quadro 1 apresentando os 15 artigos, enumerados por código, que foram selecionados para análise completa neste estudo.

Quadro 1- Textos incluídos no estudo

Código	Ano	Título	Revista	Autores
1	2018	Violação sexual de crianças e adolescentes: perfil dos casos notificados nos Conselhos Tutelares em município de grande porte da Bahia	Revista de Saúde Coletiva da UEFS	Dias, G. C., Costa, M. C. O., & de Oliveira Musse, J.
2	2019	Caracterização da gravidez na adolescência e aborto legal em situação de incesto ou violência sexual por agressor desconhecido	<i>MEDICINA-LITHUANIA</i>	Moura Bessa, M. M., Drezett, J., Adami, F., Teixeira de Araujo, S. D., Pinheiro Bezerra, I. M., & de Abreu, L. C.
3	2019	Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental – Brasil, 2015	Ciência & Saúde Coletiva	Santos, M. D. J., Mascarenhas, M. D. M., Malta, D. C., Lima, C. M., & Silva, M. M. A. D.
4	2019	Violência na infância e adolescência: história oral de mulheres que tentaram suicídio	Revista Brasileira de Enfermagem	Correia, C. M., Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Andrade, I. C. S. D., Romano, C. M. C., & Rodrigues, G. R. S.

5	2020	Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários	Revista de Saúde Pública	Silva, F. C. D., Monge, A., Landi, C. A., Zenardi, G. A., Suzuki, D. C., & Vitale, M. S. D. S.
6	2020	Contradições acerca da violência sexual na percepção de adolescentes e sua desconexão da lei que tipifica o “estupro de vulnerável”	Cadernos de Saúde Pública	Costa, S. F. D., Taquette, S. R., Moraes, C. L. D., Souza, L. M. B. D. M., & Moura, M. P. D.
7	2020	Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Miranda, M. H. H., Fernandes, F. E. C. V., Melo, R. A. D., & Meireles, R. C.
8	2020	Desistência do abortamento de gestação decorrente de violência sexual: o papel do agressor sexual.	Journal of Human Growth and Development	Pimentel, R. M. M., Drezett, J., Macedo Jr, H., Andreoni, S., & Souza, R.
9	2020	Presunção do abuso sexual em crianças e adolescentes: vulnerabilidade da gravidez antes dos 14 anos	Revista Brasileira de Enfermagem	Silva, A. J. C. D., Trindade, R. F. C. D., & Oliveira, L. L. F. D.
10	2021	Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental.	Revista de Saúde Pública	Cargnin, J. S. S., Luna, J. S., Aguiar, D. M. D., Rodrigues, B. T. C., Azevedo Filho, A. A. D., & Silveira, R. P.
11	2021	A invisibilidade da magnitude do estupro de meninas no Brasil.	Revista de Saúde Pública	Taquette, S. R., Monteiro, D. L. M., Rodrigues, N. C. P., & Ramos, J. A. S.
12	2021	Exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de rua no Sul do Brasil	Ciência & Saúde Coletiva	Demenech, L. M., Paludo, S. D. S., Silva, P. D. S. D., Paiva, A. M. N. D., Fontes, F., & Neiva-Silva, L.
13	2022	Análise dos casos de violência sexual de adolescentes escolares	Revista Enfermeria Global	Caracas Moreira, W., da Silva, P. P., Moura, N. dos S., Pereira Cirino, I., Silva Barreto, M. T., & Lima, L. H. de O.

14	2022	Tendência temporal da violência sexual contra mulheres adolescentes no Brasil, 2011-2018	Ciência & Saúde Coletiva	Viana, V. A. O., Madeiro, A. P., Mascarenhas, M. D. M., & Rodrigues, M. T. P.
15	2022	Violência sexual perpetrada na adolescência e fase adulta: análise dos casos notificados na capital de Rondônia	Escola Anna Nery	Santos, C. A. D., Moura, M. A. V., Orfão, N. H., Queiroz, A. B. A., Parmejiani, E. P., & Paredes, H. D. M. T.

Fonte: Os autores (2023).

Em relação ao ano de publicação, no período em análise (2018 a 2023) foi identificado que o ano de 2020 teve o maior número de publicações, 33,33% (n=5), seguidos dos anos de 2019 20% (n=3), 2021 20% (n=3) e 2022 20% (n=3) dos artigos selecionados cada. O ano de 2018 correspondeu a 6,67% (n=1) das ocorrências e o ano de 2023 não teve nenhum estudo incluído na pesquisa. Diante do exposto, observamos um decréscimo nas produções nos anos que coincidem com a pandemia de COVID-19, que devido ao isolamento social como estratégia para conter a curva de nova infecções, afetou diretamente a agenda de pesquisas que deveriam ser realizadas presencialmente, afetando assim a produção e publicação científica no Brasil (Grisotti, 2020). Um destaque é que embora o ano de 2020, que marca o início da pandemia, tenha sido o que obteve o maior número de publicações, os dados se referiram à coleta de dados anterior a este período.

Em relação ao período das publicações, para além da produção científica, é relevante notar que as notificações de violência, no período pandêmico, também diminuíram significativamente. As medidas de isolamento social e a manutenção apenas de serviços essenciais abertos, fizeram com que grande parte das adolescentes ficassem sem frequentar escolas e outros locais, passando maiores períodos no ambiente doméstico. Essa mudança na rotina e convívio social, fez com que principalmente os casos de violência sexual intrafamiliar aumentassem, porém, apesar dessa constatação, o número de denúncias caiu drasticamente. O maior tempo em contato com o agressor e a impossibilidade de ir até locais que servem como rede de apoio, impossibilitou muitas vezes que as adolescentes pudessem denunciar a violência de forma segura, instalando assim o silenciamento das vítimas (Trajano, Lyra, Sá & Gomes, 2021).

Os artigos analisados foram publicados em 10 revistas, sendo aquelas com o maior número de publicações a Ciência & Saúde Coletiva (n=3) e Revista de Saúde Pública (n=3) ,

Revista Brasileira de Enfermagem (n=2) e seguida pela Revista de Saúde Coletiva da UEFS, Revista Medicina (Lithuania), Cadernos de Saúde Pública, Revista da Escola de Enfermagem da USP, Journal of Human Growth and Development, Revista Enfermería Global e Escola Anna Nery com 1 artigo cada. Destaca-se que a maior quantidade de artigos foi publicada em periódicos vinculados às áreas da saúde coletiva e saúde pública, que constituem um saber essencial e importante para a construção das práticas em saúde de forma geral, sendo também norteadoras para a condução e criação de estudos em outras áreas da saúde (Campos, 2000; Asnake, 2015).

Os artigos foram escritos por 75 autores. Entre estes, 53,33% (n=8) tem formação em enfermagem, 13,33% (n=2) em medicina e em 33,33% (n=5) dos artigos não constava a formação dos autores. Em relação, a filiação institucional dos autores, destaca-se que 33,33% (n=5) são vinculados a instituições na região Nordeste (Bahia, Alagoas, Pernambuco, Piauí), a região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) correspondeu a 26,67% (n=4), região Norte (Rondônia e Acre) a 13,33% (n=2) e região Sul (Rio Grande do Sul) a 6,67% (n=1). De acordo com um estudo feito baseado em informações da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, o Amapá é o estado que lidera a porcentagem de casos de estupro e abuso sexual contra adolescentes, no Brasil. Mesmo com esse fato, no período de 2018 a 2023, utilizado nesse estudo, percebe-se a falta de estudos voltados para essa temática no Estado em questão, apesar de ser um acontecimento recorrente e que necessita de políticas públicas, articulação inter-setorial e estudos científicos relevantes para que seja possível solucionar este problema (Vasconcelos, et al., 2022).

No que diz respeito ao tipo de estudo descrito nos artigos, 53,33% (n=8) caracterizam-se como estudos transversais, 26,67% (n=4) estudo epidemiológico descritivo, 13,33% (n=2) estudo ecológico, 6,67% (n=1) estudo observacional. A abordagem utilizada em 86,66% (n=13) das pesquisas foi quantitativa, em 6,67% (n=1) qualitativa e mista (quantitativa e qualitativa) em 6,67% (n=1).

Sendo assim, de acordo com os dados obtidos, mostra-se que as pesquisas com as mulheres adolescentes vítimas de violência sexual, majoritariamente não foram feitas com a abordagem qualitativa, evidenciado assim a carência na produção científica com o objetivo de identificar, com maior aprofundamento, qual a perspectiva das adolescentes em relação a violência que foi sofrida. A pesquisa qualitativa tem como objetivo evidenciar representações, crenças, valores, atitudes e opiniões das pessoas que vivenciam um determinado fenômeno considerando a sua complexidade (Minayo, 1992). Estudos qualitativos na temática da violência sexual, são capazes de relatar com mais fidedignidade a

realidade experienciada, opinião e sentimento das adolescentes após a vivência dessa violência. Com esse tipo de coleta de dados, devido ao relato direto da vítima, também é possível oferecer contributos relevantes para a elaboração de novos estudos, técnicas e protocolos que possam auxiliar no combate dessa violência (Welter, 2010).

Quanto a técnica utilizada para coleta de dados que deram origem aos textos, 66,67% (n=10) correspondeu a análise documental, 20% (n=3) entrevista semiestruturada, 6,67% (n=1) grupo focal e 6,67% (n=1) questionário entregue às participantes. Pela maioria dos estudos ser de análise documental, vai ao encontro da reflexão anteriormente apresentada em relação à importância de se ter mais estudos conduzidos diretamente com as adolescentes. Tal questão também é congruente com o grande número de exclusões de textos que abordaram a violência sexual mas não os impactos na vivência da sexualidade.

No entanto, é importante problematizar algumas dificuldades encontradas por pesquisadores para o desenvolvimento de pesquisas com adolescentes, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, conforme discutido neste artigo. De modo geral, para se participar de pesquisas durante a adolescência, é necessário a permissão de pais ou cuidadores responsáveis pelo menor de idade, que assinam o documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por nesse documento informar os objetivos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, nos casos de violência sexual e principalmente de violência intrafamiliar cometida por cuidadores como pais e avôs, essa estratégia ética pode influenciar, limitando a possibilidade de participação das adolescentes na pesquisa (Jager, Gonçalves, Dias & Beck, 2013). Assim, o TCLE sendo a única estratégia para a participação das adolescentes, em pesquisas, interfere na sua autonomia e implica na dificuldade, de inclusive se detectar casos de abuso onde membros da família foram agressores ou casos onde familiares foram informados do acontecido e não denunciaram. Sendo assim, a realização de pesquisas, principalmente de abordagem qualitativa podem ser prejudicadas (Borges & Dell'Aglio, 2017).

Os dados analisados nos artigos que foram coletados pelos autores no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) correspondeu a 26,67% (n=4), prontuários de hospital 13,33% (n=2), escola pública e dados de uma pesquisa escolar 13,33% (n=2), universidade, dados secundários, dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), dados secundários da Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), entrevista nas ruas e núcleo de estudos, 6,67% (n=1) cada um deles. Nesse conjunto de dados, além dos aspectos já discutidos sobre a realização das pesquisas, principalmente a

partir de análise documental, chamou a atenção o fato de que a escola não foi o principal cenário para a coleta de dados dos artigos.

A adolescência é uma faixa etária, na qual, em sua maioria, os indivíduos frequentam ambientes escolares, sendo, a escola um lugar muito importante para o desenvolvimento desses indivíduos. O ambiente escolar estimula a interação social, coletividade e acesso à educação em geral e devido a isso também apresenta-se como um espaço de identificação, prevenção e denúncia da violência sexual. Assim, destaca-se a importância de potencialização não somente da realização de pesquisas neste contexto, mas também de fortalecimento do desenvolvimento de ações formativas que possibilitem às escolas, através de seus professores, principalmente, a identificação das situações de abuso sexual e a construção de devidos encaminhamentos para a rede de proteção. Além disso, a escola constitui-se como um cenário em potencial para o desenvolvimento de ações de educação sexual. Neste sentido, aulas, ações, projetos e entre outros, são importantes para conscientizar alunos, familiares e funcionários sobre as formas de abuso, como identificá-lo, prevenir e principalmente fornecer informações de maneiras de fazer a denúncia de maneira eficaz e segura (Oliveira, Silva & Maio, 2020).

Em relação às condições socioeconômicas das adolescentes, 73,33% (n=11) não informaram dados a respeito dessa informação, 13,33% (n=2) referiram que fizeram sua pesquisa com meninas com “baixas condições econômicas”, 6,67% (n=1) com meninas da “classe D e E”, e 6,67% (n=1) com meninas em situação de rua. A não informação sobre as condições socioeconômicas é um fator limitante na análise das pesquisas que fizeram parte desta revisão de escopo.

Entre os textos que trouxeram informações sobre as condições socioeconômicas percebeu-se a presença de potenciais situações de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social, coloca os indivíduos que vivenciam essa realidade em maior desvantagem para o enfrentamento e exposição a algumas situações como é o caso da violência sexual. Como já citado anteriormente, a vulnerabilidade social faz com que as meninas adolescentes não conheçam ou reconheçam plenamente os seus direitos garantidos. Além disso, a vivência da vulnerabilidade social contribui para que as adolescentes sejam mais propensas a não identificar a ocorrência de um acontecimento e o nomear como violência sexual, e também faz com que as relações de poder também sejam exercidas sobre elas com mais veemência. Assim, a condução de estudos tendo como principal público alvo as meninas adolescentes que vivem em vulnerabilidade social, pode auxiliar no desenvolvimento de projetos sociais que visem compreender a percepção dessas adolescentes diante da realidade que vivem e

assim elaborar estratégias para que sejam-lhes fornecidas informações básicas sobre reconhecer quando os acontecimentos são de violência e como combatê-los (Arpini, Savegnago & Wit, 2017).

No entanto, destaca-se que, segundo Arpini et al., (2017), é um risco associar o acontecimento de violência e abuso sexual apenas a classes menos favorecidas. Esse discurso social revela o preconceito velado e enraizado na sociedade de sempre associar as questões de pobreza e baixas condições socioeconômicas com a prática de atos de violência em geral e de violência sexual. A manutenção desse estereótipo pode estar relacionada a ausência de estudos feitos com adolescentes de alto poder aquisitivo sobre a temática em foco, o que traz a necessidade de desenvolvimento de pesquisas que abordem a violência sexual independentemente do contexto social, econômico, geográfico e racial.

No que se refere a raça e etnia das participantes, a maior parte dos artigos (73,33%) não trouxe dados acerca dessa informação. Participantes negras foram identificadas em 20% dos estudos (n=3) e um texto relatou ter feito a pesquisa com pessoas brancas e não brancas. Semelhante a questão socioeconômica, observa-se que a maior parte dos autores não explicitou a raça/etnia das mulheres participantes do estudo, sendo que entre os que se referiram a este aspecto, mulheres negras foram as mais identificadas como vítimas de violência sexual.

Essa não caracterização racial/étnica limita uma possível delimitação real com comprovação de um possível perfil de indivíduos em vulnerabilidade social, onde, esse grupo se apresenta como mais suscetível a sofrer essa violência, em detrimento de outros. A não identificação também implica em dificuldades em definir evidências científicas em relação a esse tópico, e assim sucessivamente, limitar o processo de criação de políticas públicas para proteger esse público (Ramos, Medice & Puccia, 2009). Ainda assim, considerando o fato de que quando delimitado, as mulheres negras foram apontadas como maiores vítimas de violência sexual, e esse fato se dá devido a um processo histórico e cultural, onde, por muito tempo o corpo da mulher negra foi altamente sexualizado e afastado da dignidade humana, fazendo que seja naturalizada até hoje a visão de que a mulher negra é um objeto sexual (Sousa, 2017).

A maior parte das pesquisas foram feitas a partir de análises documentais, e esses resultados mostram que a não caracterização das mulheres nos artigos, possivelmente pode ser fruto do preenchimento de dados incompletos dos documentos de notificação que foram analisados. A não identificação de aspectos raciais e étnicos em estudos na área da saúde também foi encontrada em outros estudos em diferentes contextos. A não quantificação e

qualificação desses aspectos contribuem para que haja o não reconhecimento das desigualdades raciais no acesso aos direitos garantidos, principalmente em serviços de saúde, aumento das iniquidades e no distanciamento do cumprimento das ações de promoção da igualdade racial previstas no Estatuto da Igualdade Racial, aumentando assim a ocorrência de casos de racismo (Silva, Barros, Azevedo, Batista & Policarpo, 2017).

Em relação as características e situações da violência analisados nos estudos (Tabela 1), nota-se que a maior parte dos estudos 33,33% (n=5) analisou casos de estupro e que 80% (n=12) retratou casos de violência sexual intrafamiliar, cometida por familiares, conhecidos ou parceiros íntimos. No demais, em relação as situações de violência, os autores as caracterizam como abuso sexual, o que correspondeu a 20% dos estudos, violência sexual em geral 13,33%, incesto, atentado ao pudor, assédio sexual, atos obscenos, exploração sexual e pornografia corresponderam a 6,67% cada um deles e apenas um estudo não informou qual situação de violência especificamente estava sendo estudada. De uma forma geral, observa-se que, o maior número de violência sexual aconteceu de maneira intrafamiliar sendo o estupro a tipologia mais frequentemente citada.

Tabela 1- Situações e características da violência sexual

Situações de violência	N	Código
Estupro	5	6, 7, 8, 10, 11
Abuso sexual (com e sem contato físico)	3	1,2,9
Violência sexual em geral	5	3,14
Incesto	3	4
Atentado ao pudor, assédio sexual e atos obscenos + estupro e abuso sexual	2	5
Exploração sexual	1	12
Pornografia e atentado violento ao pudor + estupro, abuso sexual e exploração sexual	1	15
Não especifica	1	13
Agressores da violência	N	Código
Violência sexual intrafamiliar/ Incesto / por parceiros íntimos / ocorrido na residência / por conhecidos	12	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15
Violência sexual extrafamiliar / por desconhecidos	3	2, 3, 13

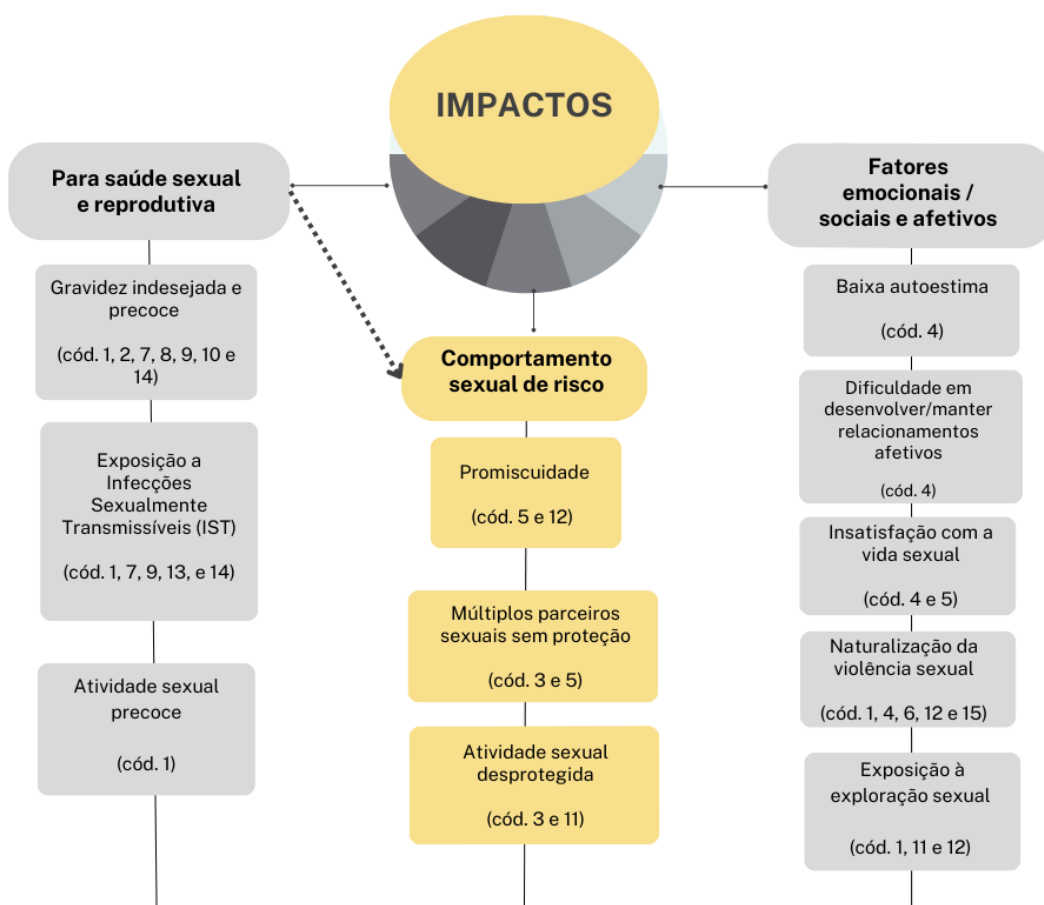
Fonte: Os autores (2023).

De acordo com a literatura, a violência sexual intrafamiliar acontece com mais frequência do que a extrafamiliar, devido as relações de poder existentes nas famílias, onde, na maioria das vezes, as figuras masculinas da família como, pai, padrasto, avô, irmão, tio, parceiros íntimos e entre outros, se sentem na posição de donos da figura feminina. Na grande maioria das vezes, esses abusadores têm vantagens financeira, física e etária em relação à vítima e os fatores afetivos que englobam as pessoas envolvidas podem dificultar o processo de denúncias. Outro fator importante é que no contexto de violência sexual intrafamiliar a violência física e psicológica é muito recorrente, para que o abusador consiga manter a perpetuação da violência e facilitar a manipulação de demais pessoas e familiares para descredibilizar a denuncia da vítima (Monge, da Silva, Landi, Suzuki & Vitalle, 2021).

Diante dos dados obtidos em relação às situações de violência, ficou evidente que os artigos selecionados, em sua maioria, só se referem a violência sexual como estupro e abuso. De modo geral, os estudos dão menor visibilidade ao atentado ao pudor, inclusão e exposição à pornografia, exibicionismo, assédio sexual e voyeurismo como uma forma de violência sexual. O desconhecimento destes pelas adolescentes, contribui para que as adolescentes não denunciem quando ocorrido esse fato e também para naturalize alguns acontecimentos na sua vida por não saberem que se trata de uma forma de violência sexual (Fernandes & Natividade, 2020).

No que se refere aos impactos da violência sexual na sexualidade de mulheres adolescentes, conforme exposto na (Figura 2), 60% (n=9) dos estudos relataram majoritariamente impactos para a saúde sexual e reprodutiva das adolescentes. Nos demais estudos, 26,67% (n=4) a violência sexual trouxe como impactos comportamentos sexuais de risco e 13,33% (n=2) prejuízos nos fatores emocionais, sociais e afetivos das adolescentes.

Figura 2 - Impactos da violência sexual na sexualidade de mulheres adolescentes



Fonte: Os autores (2023).

Diante dos dados, percebemos que um dos pontos mais destacados pelos autores como consequência da violência sexual é ocorrência da gravidez, classificada como precoce e indesejada. Normalmente esse impacto é o mais explorado pelos autores, porque a gravidez precoce e indesejada envolve um conjunto de consequências físicas, biológicas, sociais e emocionais. Nessa faixa etária e nesse contexto, a gravidez implica diretamente no desenvolvimento físico, cognitivo e biológico das adolescentes por causa de uma antecipação de papéis. Quando ocorrida como decorrência de um estupro intrafamiliar, principalmente familiares próximos como , pai, padrasto, avô, tio e irmão a violência se torna ainda mais traumática, devido às questões afetivas e referentes à relação de poder entre familiares. Nesse contexto de violência, as possibilidades de denúncia podem ser reduzidas e assim consequentemente lentificar a tomada de providências imediatas quanto aos direitos das vítimas, como a realização da interrupção legal da gestação (Lordello & Costa, 2020). A ocorrência da gravidez também está diretamente relacionada a impactos para saúde sexual e reprodutiva como atividade sexual precoce, exposição a IST, e também aos fatores

emocionais, sociais e afetivos como baixa autoestima e dificuldades em desenvolver relacionamentos futuros.

Durante a leitura completa dos estudos, notamos que em nenhum dos estudos os autores fazem referência explícita a compreensão das mulheres adolescentes como pessoas que têm direito a autonomia plena sobre seu corpo, apesar de serem menores de idade. Além disso, os autores também não fazem conexões explícitas entre os impactos da violência sexual para a vivência plena dos seus direitos sexuais e reprodutivos pelo público em discussão.

A produção científica promovendo o diálogo sobre essa pauta, ajuda na compreensão do quão necessário estudar as relações de gênero, para que assim seja possível superar as construções sociais criadas por ela, como por exemplo a superioridade masculina sobre o corpo feminino e assim contribuir para que os direitos sexuais e reprodutivos sejam efetivados (Vedana & Gervasoni, 2020).

Dentre as consequências da violência sexual para a saúde sexual e reprodutiva, uma bastante retratada nos estudos é a exposição a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). No Brasil existe um protocolo para o atendimento a pessoas em situação de violência sexual, chamado profilaxia pós-exposição (PEP), sendo ofertado para a vítima assistência imediata após a violência por meio de atendimento clínico-laboratorial com a utilização principalmente de medicamentos que diminuem os riscos de infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). A partir desse protocolo também é possível fazer a prevenção de infecções por ISTs não virais, fornecer apoio psicológico, passar orientações jurídicas, médicas e fazer a prevenção de gravidez indesejada. Diante de todo esse aparato fornecido para as vítimas, reforça-se a importância de estimular e discutir sobre a importância da realização da denúncia de violência sexual em até 72 horas do ocorrido, para garantir promoção e proteção à saúde das vítimas e também de garantir que os profissionais responsáveis pela aplicação desse protocolo, sejam instruídos sobre a melhor maneira de conduzir casos dessa natureza (Menezes, Araújo, Santos, Gir & Bermúdez, 2021).

A violência sexual também pode repercutir de outras formas sobre a saúde sexual e reprodutiva, ocasionando, por exemplo, o início da atividade sexual precoce. A convivência direta com a violência sexual pode influenciar na expressão afetiva, emocional e erótica das adolescentes, fazendo com que a prática do ato sexual seja naturalizada, sem levar em consideração os impactos que atividade sexual precoce, exacerbada e sem orientação pode causar para o bem-estar e saúde na vida adulta. A atividade sexual precoce também está diretamente relacionada com o desenvolvimento de comportamentos sexuais de risco, como

promiscuidade, atividade sexual desprotegida e ter múltiplos parceiros sexuais sem proteção, aumentando as chances de contrair doenças sexuais, gestações indesejadas e ocorrência de maiores problemas emocionais (Lara & Abdo, 2015).

Diante das evidências, podemos afirmar que os impactos para a saúde sexual e reprodutiva estão diretamente relacionados com os comportamentos sexuais de risco. Os comportamentos sexuais de risco são um conjunto de práticas e ações de cunho sexual que podem ocasionar riscos e influenciar na saúde e bem-estar dos indivíduos. A prevalência de atividade sexual desprotegida, múltiplos parceiros sexuais sem proteção e promiscuidade, podem se apresentar como uma consequência que ocasiona danos físicos e psicológicos para as adolescentes, demonstrando ser um problema de saúde pública que merece mais destaque nos estudos realizados com esse público e com esse tema. Os comportamentos sexuais de risco podem ocasionar gravidez precoce e não planejada, exposição a IST e estímulo à atividade sexual precoce. Além de estar relacionado às consequências da violência sexual, esses comportamentos também pode ser desenvolvidos devido à hipersexualização, exposição à pornografia e falta de esclarecimento sobre educação sexual (Assis, Gomes & Pires, 2014).

Além dos danos físicos, estudos sinalizaram outros comprometimentos nos fatores emocionais, sociais e afetivos das adolescentes que sofreram esse tipo de violência. A violência sexual por se apresentar como um evento catastrófico, pode fazer com que as vítimas desenvolvam transtorno emocionais, como o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) (Souza, Drezett, de Cássia Meirelles & Ramos, 2012). O TEPT é um distúrbio da ansiedade caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas físicos, psíquicos e emocionais em decorrência de o portador ter sido vítima ou testemunha de atos violentos ou de situações traumáticas (Vasconcelos Neto, Moreira, Oliveira Júnior & Ludermit 2020, p. 2-3).

Entre os diferentes impactos emocionais ocasionados pela violência sexual, destaca-se a ocorrência da baixa autoestima. A autoestima está relacionada a uma avaliação e qualificação que o indivíduo faz de si mesmo, definindo se é merecedor ou não de algo. De acordo com a literatura, como a violência sexual se apresenta como um fator gerador de trauma psicológico imenso, incluindo a culpabilização da vítima pelo ocorrido, as adolescentes podem se achar merecedoras de ter sofrido a violência fazendo com que esse fato interfira nas suas emoções, valores, opiniões para norteando-as para um comportamento depreciador e destrutivo diante das situações cotidianas (Souza et al., 2012).

Diante disso, principalmente pela violência sexual se configurar como uma invasão a privacidade, um dos impactos pode ser a dificuldade em desenvolver relacionamentos afetivos e insatisfação com a vida sexual. Ao lidar com as emoções decorrentes de uma

invasão sofrida, a violência sexual pode fazer com que as mulheres desenvolvam dificuldades em confiar nas pessoas e associem sexo com algo violento e sujo, gerando uma aversão ao contato sexual, influenciando assim nos seus relacionamentos afetivos (Souza et al., 2012).

Um outro fator que se apresenta como potencial impacto da violência sexual é a naturalização da violência sexual. Quando ocorrida, principalmente, por parceiros íntimos, a violência sexual tende a ser naturalizada, devido aos questões sexuais que compõem os relacionamentos afetivos. Devido às questões de gênero, ao machismo enraizado na sociedade, mulheres adolescentes podem crescer sem autonomia sexual, sendo influenciadas a pensar que são obrigadas a satisfazer as vontades sexuais dos homens ou de seus parceiros, independente das suas vontades, sem considerar que relações sexuais sem consentimento se configura como violência sexual. Os aspectos relacionados à vulnerabilidade social, também são determinantes para a naturalização da violência (Fernandes & Natividade, 2020; Minayo, 2005).

Dentro dos impactos sociais causados pela violência sexual, a exposição a exploração sexual é relatada em estudos científicos, e se apresenta como uma lacuna que merece destaque. A exploração sexual consiste em mercantilizar os corpos de crianças e adolescentes para fins sexuais, tendo como objetivo a obtenção de dinheiro ou benefícios. Muitas vezes essa prática não é associada como uma forma de violência sexual contra menores de idade, mas se configura como tal, e se apresenta como uma forma de violação de direitos onde adultos aproveitam-se da imaturidade emocional para explorá-las e tratá-las como mercadoria sexual. A exploração sexual pode acontecer em vários contextos, mas comumente ela ocorre com adolescentes em situações de vulnerabilidade, e principalmente com mulheres adolescentes em situação de rua devido à fragilidade nos vínculos familiares, afetivos e a negligência do Estado em proteger essas adolescentes (Serafim & Alberto, 2016).

Diante das evidências, pode-se dizer que todos os impactos da violência sexual entre si, estão interligados. Sendo assim, destaca-se a importância de se conduzir estudos científicos que abordem todos os impactos de forma integral, para que seja possível através desses estudos elaborar subsídios para a criação de estratégias e políticas públicas para enfrentar essa problemática.

4. Considerações finais

Os dados apresentados e discutidos neste texto permitem afirmar que, mesmo com a temática da violência sexual com adolescentes sendo comumente retratada nos estudos, ainda

existem pontos importantes que precisam ser aprofundados. Nos artigos analisados, foi possível identificarmos a importância dessa temática e como a existência de lacunas nas pesquisas desse tema, podem influenciar no desfecho da situação e na criação de políticas públicas e recursos para combatê-la. A violência sexual acontece sustentada nas relações de poder e gêneros existentes na sociedade e a limitação de estudos mais complexos sobre esta temática limita as possibilidades de seu enfrentamento.

A investigação sobre a interseção entre violência sexual e a vivência da sexualidade de mulheres adolescentes no Brasil revela uma complexa teia de impactos que repercutem por várias dimensões. Os resultados destacam a predominância da violência sexual intrafamiliar, onde relações de poder tóxicas e abuso psicológico mantêm um ciclo de violência. Contudo, foi possível notar que a maioria dos estudos aborda predominantemente estupro e abuso, negligenciando outras formas de violência sexual, como atentado ao pudor e exposição à pornografia, que influenciam a subnotificação e a naturalização dos incidentes.

A análise dos impactos da violência sexual nas adolescentes delineia um quadro complexo. A violência sexual reverbera não apenas na saúde sexual e reprodutiva, com implicações profundas nas gravidezes precoces e na exposição a ISTs, mas também molda comportamentos sexuais de risco, gerando um círculo de consequências que afetam o bem-estar futuro. Além disso, os aspectos emocionais e sociais emergem como preocupações prementes, evidenciando desde a baixa autoestima até a dificuldade em estabelecer relacionamentos saudáveis e a perniciosa naturalização da violência sexual, especialmente no contexto de relacionamentos íntimos.

De acordo com os dados obtidos, nota-se que, a violência sexual é fruto da desigualdade de gênero e é utilizada como uma forma de dominação, principalmente do gênero masculino, sobre o gênero feminino, através do adultocentrismo, machismo, patriarcado, racismo e entre outros como uma forma de submeter os corpos femininos ao controle social e cultural masculina. Assim, a ampliação de pesquisas que possibilitem que as próprias adolescentes “falem” sobre as situações vivenciadas pode contribuir para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da violência sexual que sejam mais efetivas e pertinentes a realidade vivenciada por estas.

O presente estudo apresenta como limitação a análise de textos somente em língua portuguesa, uma vez que poderiam ter sido encontrados textos, que abordem a realidade brasileira, publicados em outros idiomas. Além disso, existe a possibilidade de não terem sido incluídos muitos textos que discutem, no corpo do texto, os impactos da violência sexual para

a vivência da sexualidade na adolescência, em virtude de autores não terem dado visibilidade para este aspecto no resumo.

As lacunas presentes na pesquisa se apoiam na falta de reconhecimento e exploração das várias formas de violência sexual, bem como na ausência de discussões em torno dos direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes. A produção científica tem um papel importante na desconstrução das construções sociais enraizadas, permitindo um diálogo sobre gênero, autonomia e empoderamento.

Diante disso, o estudo aborda sobre a importância de estudos abrangentes com este público e com essa temática. Além disso, destaca-se a importância da compreensão completa dos impactos ocasionados pela manifestação de todos os tipos de violência sexual, para seja possível o desenvolvimento de políticas públicas que objetivem estratégias para lidar efetivamente com essa questão, formas de prevenção e apoio para as adolescentes vitimadas.

Sendo assim, em última análise, pode-se afirmar que através dos estudos científicos que abordem de forma integral a temática, é possível elucidar a ocorrência da violência sexual e trabalhar rumo a uma sociedade que protege e empodera as mulheres adolescentes brasileiras.

Referências

- Aguiar, E. V., & Ferreira, C. A. L. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. *Psicologia e Saúde em debate*, 6(2), 80-96.
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International journal of social research methodology*, 8(1), 19-32.
- Amaral, A. M. S., Santos, D., Paes, H. C. S., Dantas, I. S., & dos Santos, D. S. S. (2017). Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 6(1), 62-67.
- Anacleto, A., Godoy, V. S., França, F. F., & Colavite, A. P. (2021). Meninas adolescentes e a auto percepção sobre a vulnerabilidade e riscos: uma revisão sistemática. *Sociedade em Debate*, 27(3), 182-196.
- Arpini, D. M., Savegnago, S. D. O., & Witt, C. S. (2017). O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 247-262.
- Asnake, M. (2015). A importância da publicação científica para o desenvolvimento da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 1972-1973.
- Assis, S. G. D., Gomes, R., & Pires, T. D. O. (2014). Adolescência, comportamento sexual e fatores de risco à saúde. *Revista de Saúde Pública*, 48, 43-51.
- Borges, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Desafios éticos na pesquisa com adolescentes: implicações da exigência do consentimento parental. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 43-57.
- Brasil. (2007). Ministério da Saúde. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes.
- Brasil. (2017). Ministério da Saúde. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica.
- Brasil. (2023). Ministério da Saúde. Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Portal da Secretaria de Atenção Primária a Saúde (saude.gov.br).

- Campos, G. W. D. S. (2000). Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5, 219-230.
- Castro, M. G., Abramovay, M., & da Silva, L. B. (2004). Juventudes e sexualidade.
- Cavalcante, E. B. T. (2021). O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Fronteiras*, 23(42), 196-215.
- Fernandes, N. C., & da Natividade, C. D. S. J. (2020). A naturalização da violência contra a mulher. *Brazilian Journal of Development*, 6(10), 76076-76086.
- Ferreira, M. & Nelas, P. B. (2006). Adolescências... Adolescentes... Millenium, 141-162.
- Grisotti, M. (2020). Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2), e300202.
- Jager, M. E., Gonçalves, J., Dias, A. C. G., & Beck, C. L. C. (2013). Ética em pesquisa com adolescentes: Uma revisão da literatura nacional. *Revista Psicologia em Foco*, 5(5), 134-149.
- Kataguirí, L. G., Scatena, L. M., Rodrigues, L. R., & Castro, S. D. S. (2019). Caracterização da violência sexual em um estado da região sudeste do Brasil. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 28.
- Kogien, M., Marcon, S. R., de Oliveira, A. F., Leite, V. F., Modena, C. F., & dos Santos Nascimento, F. C. (2020). Fatores associados ao comportamento suicida entre estudantes da pós-graduação stricto sensu-protocolo de revisão de escopo. *Research, Society and Development*, 9(10), e6329109095-e6329109095.
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The lancet*, 360(9339), 1083-1088.
- Lara, L. A. D. S., & Abdo, C. H. N. (2015). Aspectos da atividade sexual precoce. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 37, 199-202.
- Lordello, S. R. M., & Costa, L. F. (2020). Violência sexual intrafamiliar e gravidez na adolescência: uma leitura bioecológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36.
- Marola, C. A. G., Sanches, C. S. M., & Cardoso, L. M. (2011). Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicologia da educação*, (33).
- Menezes, M. L. B., Araújo, M. A. L., Santos, A. S. D. dos., Gir, E., & Bermúdez, X. P. D.. (2021). Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: violência sexual. *Epidemiologia E Serviços De Saúde*, 30(spe1), e2020600.
- Miranda, T. L., & Schimanski, E. (2014). Relações de gênero: algumas considerações conceituais. Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas. Ponta Grossa: Editora UEPG, 67-91.
- Minayo, M. C. D. S. (1992). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (pp. 269-269).
- Minayo, M. C. D. S., & Souza, E. R. D. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4, 7-23.
- Minayo, M. C. D. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 23-26.
- Monge, A. B., Silva, F. C., Landi, C. A., Suzuki, D. C., & Vitalle, M. S. S. (2021). Violência sexual intrafamiliar: revelação, redução de danos e prevenção. *Research, Society and Development*, 10(16), e414101624121-e414101624121.
- Moraes, S. P., & Vitalle, M. S. S. (2021). Educação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos na adolescência.
- Oliveira, M., da Silva, F. G. O., & Maio, E. R. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia. *Perspectiva*, 38(4), 1-23.
- Organização Mundial da Saúde. (2006). Sexual and Reproductive Health.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2017). Saúde e sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS.
- Pereira, V. O. D. M., Pinto, I. V., Mascarenhas, M. D. M., Shimizu, H. E., Ramalho, W. M., & Fagg, C. W. (2020). Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23.
- Peters, M.D.J., Godfrey, C., McInerney, P., Baldini Soares, C., Khali, I. H., Parker, D. (2017) Chapter 11: Scoping Reviews. In: Aromataris E, Munn Z (Editors) *Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual* (JBI).
- Peters, M. D., Marnie, C., Tricco, A. C., Pollock, D., Munn, Z., Alexander, L., ... & Khalil, H. (2020). Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBI evidence synthesis*, 18(10), 2119-2126.

- Pimentel, A., & Araujo, L. D. S. (2006). Violência sexual intrafamiliar. *Revista Paraense de Medicina*, 20(3), 39-42.
- Política Nacional de Assistência Social (2005) Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas.
- Pública, A. B. D. S. (2022). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.
- Quapper, C. D. (2015). El adultocentrismo como paradigma y sistema de dominio. Análisis de la reproducción de imaginarios en la investigación social chilena sobre lo juvenil. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Ramos, C. R. A., Medici, V. P. G., & Puccia, M. I. R. (2009). Mulheres vitimadas sexualmente–perfil sociodemográfico e análise do atendimento em um centro de referência Sexually abused women–social and demographic profile and health care procedure analysis at a referral center. *Rev Inst Ciênc Saúde*, 27(1), 22-7.
- Serafim, A. C., & Alberto, M. D. F. P. (2016). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: a vivência subjetiva do corpo. *Psicologia em Revista*, 22(1), 69-89.
- Silva, N. G., Barros, S., Azevedo, F. C. D., Batista, L. E., & Policarpo, V. C. (2017). O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. *Saúde e Sociedade*, 26, 100-114.
- Sousa, R. F. D. (2017). Cultura do estupro-a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 9-29.
- Souza, F. B. C., Drezett, J., de Cássia Meirelles, A., & Ramos, D. G. (2012). Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 98-103.
- Teixeira-Filho, F. S., Rondini, C. A., Silva, J. M., & Araújo, M. V. (2013). Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. *Psicologia & Sociedade*, 25, 90-102.
- Trajano, R. K. N., Lyra, C. V. V., Sá, T. Y. G. e, & Gomes, A. C. A. (2021). Comparison of cases of sexual violence against children and adolescents in the period 2018-2020. *Research, Society and Development*, 10(1), e11710111384. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11384>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., ... & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, 169(7), 467-473.
- Vasconcelos, N. M. de ., Andrade, F. M. D. de ., Pinto, I. V., Gomes, C. S., Souza, M. de F. M. de ., Reinach, S., Stein, C., Andrade, G. N. de ., & Malta, D. C. . (2022). Prevalência de violência sexual em escolares no Brasil: Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. *REME-Revista Mineira De Enfermagem*, 26.
- Vasconcelos Neto, P. J. D. A., Moreira, R. D. S., Oliveira Júnior, F. J. M. D., & Ludermir, A. B. (2020). Tentativa de suicídio, transtorno de estresse pós-traumático e fatores associados em mulheres do Recife. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200010.
- Vedana, B. B., & Gervasoni, T. A. (2020). Os movimentos feministas na América-Latina e as perspectivas para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras. *Revista Ártemis*, 29(1), 279–298.
- Welter, C. L. W., Lourenço, A. P. S., Ullrich, L. B., Stein, L. M., & Pinho, M. S. (2010). Considerações sobre o depoimento de criança/adolescente vítima de violência sexual. *Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público RS*.